

SER PESCADOR EM GUAÍRA/PR: LIMITES E POSSIBILIDADES DA LUTA COLETIVA

Cátia Franciele Sanfelice de Paula¹

Resumo: este artigo investiga as condições de vida e de trabalho de pescadores frente aos danos ambientais ocorridos em Guaíra/PR, materializados na formação do lago de Itaipu e na abertura de um canal de navegação no rio Paraná. Frente às transformações causadas por tais obras os pescadores se organizaram em um movimento social para resistir a elas. Desse modo, tentamos compreender os limites e as possibilidades da luta coletiva diante as práticas e projetos propostos, dentre eles, a tentativa de envolver os pescadores com a criação e industrialização da atividade pesqueira, a mediação do Estado e as dificuldades e limitações de sobrevivência por meio da pesca.

Palavras-chave: trabalho; pesca; danos ambientais.

Abstract: this article investigates the living and working conditions of fishermen against the environmental damage that occurred in Guaíra/PR, materialized in the formation of the Itaipu Lake and at the opening of a shipping channel on the Paraná River. Front of the transformations caused by such fishermen organized works in a social movement to resist them. In this way, we try to understand the limits and the possibilities of collective struggle on the practices and proposed projects, among them, the attempt to involve the fishermen with the creation and industrialization of fishing activity, the mediation of the State and the difficulties and limitations of survival through fishing.

Keywords: work; fishing; environmental damage.

Condições de vida e de trabalho dos pescadores em Guaíra/PR

Em Guaíra, os danos ambientais materializados na formação do lago de Itaipu² e na abertura de um canal³ de navegação provocaram uma série de mudanças no que diz respeito às condições de vida e de trabalho dos pescadores⁴ locais. Com a formação do lago houve o desaparecimento e diminuição de algumas

¹ Doutoranda em História pela Universidade Federal de Uberlândia. Bolsista CAPES/FAPERO. E-mail: cfsanfelice@yahoo.com.br

² A formação do lago de Itaipu ocorreu em 1982, para a construção da Hidrelétrica de Itaipu.

³ A construção do canal de navegação ocorreu em 1996 pelo DER (Departamento de Estradas e Rodagens). O objetivo era o transporte fluvial que ligasse as regiões Sul e Sudeste de modo a interligar outras regiões. As explosões efetuadas para a abertura do canal de navegação foram responsáveis diretas pela contaminação e mortalidade de 80% dos peixes através de substâncias químicas presentes nas dinamites utilizadas para as explosões das rochas no Rio Paraná.

⁴ Os pescadores estudados nesta pesquisa são organizados em torno de uma colônia de pescadores, a Z13, criada em 1967. Porém os pescadores já exerciam a profissão antes desse período. Segundo o presidente, em 2011 a colônia estava composta por 758 pescadores.

espécies⁵ de peixes, assoreamento, mudanças na lida diária e nas relações com o rio⁶ e o rebaixamento do nível do lago pela Itaipu⁷. Com a abertura do canal de navegação houve a mortalidade e contaminação de peixes e, conseqüentemente a produção diminuiu drasticamente impossibilitando a sobrevivência apenas por meio da pesca. A partir dos impactos causados por tais construções, a atividade pesqueira do município vem sofrendo grandes transformações, e os pescadores têm vivido significativas mudanças em seus modos de viver e trabalhar.

As mudanças vividas são parte do processo de mudanças no mundo do trabalho ocorridas nos últimos trinta anos. O avanço do capitalismo ao longo desses anos trouxe diversas transformações nas relações sociais de produção. Para os pescadores, essas transformações puderam ser sentidas a partir dos danos ambientais provocados à pesca no Rio Paraná. Pode-se dizer que eles vivenciaram a expansão das relações sociais capitalistas. Além da impossibilidade de sobreviverem unicamente da pesca, ainda correm o risco de desaparecerem devido às constantes investidas do capital sobre a atividade pesqueira, materializadas nos danos ambientais ocorridos em Guaíra, quanto no projeto proposto pela Itaipu Binacional, de criação de peixes em tanques criatórios, denominado projeto tanque rede.

Identifica-se que a própria dinâmica de produção existente na região Oeste do Paraná consiste em uma problemática ligada a questões do sistema produtivo, de uma dinâmica de proletarização dos pescadores, na qual a profissão estaria desaparecendo. Em meio a discursos homogeneizadores que privilegiam a Hidrelétrica de Itaipu e o canal de navegação como construções que trouxeram melhorias a toda população, buscamos analisar um grupo de pescadores que nada tiveram o que comemorar com essas obras. Analisamos suas condições de vida e de trabalho⁸ a partir de seus referenciais, ou seja, a partir de situações concretas de exploração do trabalho vividas por esses trabalhadores. Por isso, a preocupação se voltou a compreender como a pesca é realizada, as jornadas de trabalho, os

⁵ Isso ocorreu devido algumas espécies de peixes necessitarem de água corrente para procriar, não se adaptando ao lago. Dentre as principais espécies afetadas estão: cascudo, pintado e dourado.

⁶ O conhecimento e os costumes que os pescadores tinham em relação ao rio perderam sua utilidade diante da nova realidade.

⁷ Isso ocorre no período da piracema devido o fechamento das comportas da Usina de Itaipu, a fim aumentar a produção de energia. Isso faz com que haja uma queda no estoque pesqueiro, uma vez que o nível baixo do lago dificulta a desova dos peixes e compromete a sua produção futura.

⁸ O trabalho realizado na pesca é caracterizado como um trabalho autônomo, por conta própria.

problemas enfrentados no que se refere à reprodução da atividade e as dificuldades de realização do trabalho.

Além dos fatores naturais, como o mau tempo, chuva, sol e tempestade, existem outros que interferem e dificultam a realização do trabalho, dentre eles, a falta de água encanada nos pontos de pesca, a diminuição do pescado e os problemas com a comercialização. Outros ainda dizem respeito aos gastos com materiais devido às constantes perdas que ocorrem no rio, gastos com iscas e a falta de segurança no lago devido à atividade do contrabando.

Defasada, a pesca não permite mais aos pescadores a sobrevivência. A extensa jornada de trabalho não significa produção farta e os recursos adquiridos são insuficientes ao sustento e à reprodução da atividade. A desigual inserção dos pescadores no mundo do trabalho exige deles a realização de um trabalho precário. Sem renda e jornada fixa, produzir e consertar seus meios de produção⁹ se coloca como condição para a realização do trabalho na pesca. Compreendemos essa forma de trabalho não como algo dado, mas como fruto das relações provenientes da sociedade capitalista. Nesta direção, o conceito de modo de produção foi aqui compreendido num contexto de determinações estruturais, considerando as relações sociais que são postas em movimento pelos indivíduos na sociedade na busca pela produção e reprodução de sua vida material.

Tais relações são resultado de um determinado estágio de desenvolvimento das forças produtivas presentes na sociedade. Ao mesmo tempo, elas determinam seu próprio desenvolvimento, a partir de que sempre ocorrem debaixo de uma estrutura. Desse modo, todo modo de produção está determinado pela existência de estruturas que fixam limites e exercem pressões (WILLIAMS, 1979), porém, tal estrutura não é estática, ela age agregando novos fatores como forma de demonstrar que está se modernizando. Nesta direção, a estrutura social se coloca em movimento com a finalidade de continuar impondo limites e exercendo pressões na sociedade. Diante dessas questões, compreender como se dá a reprodução de determinado meio de produção só é possível através da análise da estrutura e da articulação dos indivíduos com essa estrutura e suas determinações. Para isso, se

⁹ Por meios de produção entendemos tudo aquilo que é necessário para a realização do trabalho na pesca, como, rede, espinhel, corda, isca, anzol, barco, etc. Os meios de produção utilizados pelos pescadores dizem respeito a um modo de produção caracterizado por métodos que não utilizam tecnologias.

faz necessário considerar suas características, como são distribuídos ou adquiridos, como se dá a apropriação do que é produzido pelos indivíduos na sociedade e como se apresentam tais indivíduos nas relações sociais de produção.

Embora a determinação da estrutura, em última instância, exerça determinado predomínio, acreditamos que ela não significa o fim da história. Ao contrário, entendemos que a estrutura age como pressão na vida das pessoas. Ou seja, que existe uma realidade dada, mas que o capitalismo determina a vida das pessoas em determinadas proporções. Sendo assim, as determinações presentes na estrutura social são sentidas pelas pessoas através dos limites e das pressões vivenciadas.

Por outro lado, também não significa dizer que o sujeito tenha plena autonomia, mas que essa é limitada e sofre o controle das classes dominantes. Por isso, se faz necessário, como pontua Josep Fontana (2004), procurar novas formas de compreensão da sociedade capitalista. Uma dessas formas é direcionar a atenção a fim de compreender como os diversos grupos sociais que compõem a sociedade sentem, percebem e se articulam frente ao processo de reprodução da sociedade. Conforme Fontana:

O estudo da história mostra que os homens produzem os meios de subsistência de acordo com certos “modos de produção” que são na realidade “modos de vida” – “uma forma determinada de manifestar a vida” -, o que explica que o que os indivíduos são dependa das condições materiais de produção e das relações que se estabelecem entre eles no processo. (FONTANA, 2004, p. 202)

Entendemos que o trabalho na pesca pode ser considerado uma tática de vida, uma forma de produção alternativa por parte da sociedade, no entanto, o pescador não é refém apenas de condicionantes naturais, pois seu modo de trabalho é reflexo de uma sociedade que se utilizou de um modo de produção (pesca) para a sobrevivência. A escolha em ser pescador não pode ser compreendida como natural, mas como fruto de uma sociedade determinada pelo desenvolvimento das forças produtivas, em que os homens nem sempre possuem condições de escolha e de decisão. Segundo Marx:

Na produção social da existência, os homens entram em relações determinadas, necessárias, independentes da vontade; estas relações de produção correspondem a um grau determinado de desenvolvimento das forças produtivas materiais. O conjunto destas relações de produção constitui a estrutura econômica da sociedade,

a base real sobre a qual uma superestrutura jurídica e política se eleva e à qual correspondem formas sociais determinadas de consciência. O modo de produção da vida material condiciona o processo da vida social, política e intelectual em geral. Não é a consciência dos homens a que determina o ser. Ao contrário, o ser social é o que determina a consciência. (MARX apud FONTANA, 2004, p. 208)

Compreendemos o conceito de modo de produção não como algo natural, mas como parte de um processo histórico da sociedade ligado ao desenvolvimento das forças produtivas capitalistas. Assim, buscamos problematizar em quais condições sociais os pescadores procuram manter a reprodução de sua atividade como meio de sobrevivência. Devido à baixa renda conseguida por meio da pesca, esta se coloca como insuficiente até mesmo para a garantia da sobrevivência.

Também não possuem garantia em relação à duração de seus instrumentos de trabalho. Na maioria das vezes, pela falta de condições em comprar ou até como forma de economizar, é necessário realizar a manutenção dos materiais. Outras vezes, torna-se impossível sua recuperação devido às constantes perdas ou pelos estragos realizados dentro do rio. Diferentemente de outras ocupações, os pescadores¹⁰ precisam eles próprios comprar ou realizar consertos em seus materiais para que garantam, assim, a reprodução da atividade.

O trabalho no rio juntamente com a manutenção dos equipamentos leva a uma dupla jornada de trabalho. Outros gastos ainda estão relacionados ao óleo, anzol e bateria para carregar o motor do barco e iscas¹¹. Muitas vezes, ao invés de o seguro desemprego na época da piracema consistir em uma renda que garanta a sobrevivência, o valor precisa ser utilizado na compra de materiais que permitam a continuidade na pesca. Diferente do trabalho assalariado, o pescador não está vinculado a um patrão, mas está do mesmo modo integrado ao capitalismo e subordinado à exploração pelo capital. O fato de terem que produzir seus próprios

¹⁰ Os pescadores utilizam dois métodos para realizar o trabalho na pesca: a corda de espinhel e redes. A corda de espinhel consiste em uma corda com aproximadamente cem anzóis em cada uma, em que os pescadores precisam iscá-los. No trabalho com espinhel, os pescadores precisam todos os dias recolher as cordas com os anzóis, retirar os peixes e recolocar as iscas no espinhel, fixando-o no rio. Já a rede é armada pelos pescadores no meio do rio e todos os dias precisa ser batida para a retirada dos peixes e instalada novamente no local escolhido pelo pescador. Antes do derrocamento o método era meio de tarrafas, propício para a pesca da espécie cascudo preto. Após sua contaminação a pesca dessa espécie se tornou inviável.

¹¹ As iscas utilizadas são frutas como goiaba, maçã, banana. Utilizam ainda uma massa feita a base de trigo com água, ou peixes pequenos, de pouco valor comercial como forma de diminuir os custos com a compra de iscas.

instrumentos de trabalho é uma forma de relação própria da sociedade capitalista. Isso reflete a desigual inserção no mundo do trabalho e a desigualdade vivenciada na sociedade. Por ser um trabalhador por conta própria, produzir seus meios de produção ou consertá-los se coloca como condição para a realização da atividade e reprodução da mesma. Assim, embora não haja a submissão diretamente a um patrão (capitalista), há a submissão a outras formas de exploração.

Primeiro, porque a manutenção dos instrumentos de trabalho se coloca como condição para a reprodução da atividade. Essa forma de trabalho pode ser entendida como precária, pois o trabalhador precisa contar com seus próprios recursos para manter a atividade, e para isso precisa realizar uma extensa jornada de trabalho. Em segundo lugar, sofrem a exploração pelo fato de que o trabalho na pesca não possui jornada nem renda fixa. Assim, os recursos necessários à manutenção da sobrevivência e da reprodução da atividade estão atrelados à produtividade, o que nem sempre é garantido. Mesmo exercendo uma extensa jornada de trabalho, a produção fica atrelada às condições naturais. A pesca, nesse sentido, é marcada pela incerteza de recursos. Os gastos com a atividade são diários, o que dificulta ainda mais a realização do trabalho.

No caso das mulheres, na tentativa de economizar um pouco mais, além de consertos, elas realizam o trabalho de tecer as redes, conciliando esse trabalho com outras atividades domésticas. Se, no geral, o trabalho realizado pelos pescadores é caracterizado por uma dupla jornada, no caso das pescadoras pode-se considerar uma tripla jornada, tendo em vista seus afazeres domésticos.

Quanto ao tempo de trabalho ele está relacionado à quantidade de vezes que os pescadores realizam o trabalho de iscar e recolher os peixes. A jornada de trabalho é distinta para cada pescador e está relacionada à necessidade de cada um a partir da insistência de conseguirem uma maior quantidade de pescado. No geral, a jornada possui entre oito a doze horas. O trabalho é avaliado pelos pescadores como um trabalho difícil, pesado, que requer esforço e dedicação. Isso pode ser explicado pelo fato de que a possibilidade de obter um maior ganho está nas mãos dos próprios trabalhadores, desde que trabalhem mais.

Essa forma de trabalho é exercida por todos os trabalhadores por conta própria ou que estão submetidos a um ritmo de trabalho condicionado por meta. Assim, ganham a partir da produtividade, no entanto, no caso dos pescadores, há

uma diferença, eles sofrem a limitação em relação à produção. Devido sua diminuição eles se veem forçados a insistirem e a trabalharem ainda mais. Há casos em que há a participação familiar. Já em outros casos, devido a pesca ser insuficiente os familiares exercem outros trabalhos como forma de complementar a renda. Em alguns casos a participação da família merece destaque. Tal participação contribui para a divisão das atividades que precisam ser cumpridas, como na limpeza, na comercialização e no conserto de materiais. Cabe, porém, problematizar que, se o trabalho é organizado com a participação familiar, a produção do pescado precisa ser o suficiente para o sustento da família e para a reprodução da atividade, o que não ocorre devido à diminuição e a sazonalidade que marca a pesca no Rio Paraná.

Além das dificuldades já mencionadas em relação ao trabalho e às condições naturais outras se voltam ao medo e à falta de segurança no exercício da profissão devido à constante prática do contrabando no lago de Itaipu¹². Quando questionados sobre outras atividades de ganho as mesmas são sempre remetidas à pessoa do outro. Isso em certa medida, pode ser compreendido pelo receio de serem descobertos, e sofrerem consequências como a perda da carteira de pescador, perda ao acesso ao seguro desemprego e perda da possibilidade de aposentar-se na profissão. Pudemos identificar essas questões através das entrevistas realizadas. As entrevistas¹³ foram realizadas com o objetivo de mapear questões relativas ao processo de mudanças vivenciadas pelos trabalhadores a partir dos danos ambientais sofridos.

O objetivo foi levantar elementos que evidenciassem mudanças advindas do mundo do trabalho a partir das relações de expansão capitalista na atividade pesqueira. Devido às transformações e os prejuízos causados, os pescadores construíram resistências e alternativas como forma de enfrentar a realidade. Por isso

¹² Denominação dada ao Rio Paraná após a construção da Hidrelétrica de Itaipu em 1982.

¹³ As entrevistas com os pescadores foram realizadas em suas casas, localizadas em diversos lugares da cidade, e com pescadores que residem nos pontos de pesca, na área rural. Os primeiros contatos foram realizados na colônia Z13. As entrevistas não tiveram escolha prévia, seguiram apenas indicações que os próprios pescadores davam de outros colegas de profissão. Isso foi importante para obter a confiabilidade de outros pescadores, principalmente daqueles que residem nos pontos de pesca. Ao todo foram realizadas 21 entrevistas onde procurei priorizar o diálogo com os trabalhadores. Em duas das entrevistas utilizamos pseudônimos como forma de preservar a identidade dos entrevistados. Embora tenha elaborado um roteiro, e tenha me orientado por ele, durante a entrevista procurei estabelecer o diálogo a fim de que o narrador ficasse à vontade para falar sobre suas experiências.

procuramos, a partir da experiência (THOMPSON, 2009)¹⁴ dos trabalhadores, entender como interpretam e lidam com essas mudanças, analisando os sentidos e significados que atribuem aos seus modos de vida e de trabalho. Problematicamos a experiência dos trabalhadores relativamente às mudanças vividas desde a constituição do lago e, posteriormente, com a abertura do canal de navegação e as diversas tentativas de modificação do leito do rio.

O receio em admitir outras atividades ainda está atrelado ao fato de que, em alguns casos, a outra atividade desenvolvida está vinculada a uma atividade que vem sendo, nos últimos tempos, bastante praticada na região, que é o contrabando de mercadorias. As questões relacionadas à atividade ilícita não apareçam de forma clara na fala dos pescadores, porém, é possível perceber que fazem referência a ela. Embora não seja algo admitido, há a hipótese de que muitos trabalhadores estejam infiltrados na prática do contrabando como único meio de sobrevivência ou conciliando-o com a pesca. Esse é o caso da pescadora Maria Aparecida, que, quando perguntada se somente a pesca vem possibilitando a sobrevivência dos pescadores, ela admite: “Não consegue, não consegue”¹⁵. Por outro lado, Maria não admite que ela e seu marido desenvolve outra atividade. Quando, porém, lhes perguntei sobre quais outras atividades os pescadores vêm desenvolvendo, ela diz: “Aí tem várias, aí depende da pessoa, depende das pessoas o quê que vai fazer”¹⁶. Durante a entrevista, no entanto, aparece um homem para comprar cigarro. Maria meio sem jeito o atende e depois continuamos a entrevista. Procurei, num primeiro momento, direcionar a entrevista com outras questões e, posteriormente, perguntei à Maria sobre alguma outra atividade que ela e seu marido desenvolvem como forma de complementarem a renda. Maria, por sua vez, acaba revelando, ao dizer:

¹⁴ A pesquisa orientou-se pelo conceito de experiência em Thompson. Thompson, em *A Miséria da Teoria*, mais especificamente em seu texto “O termo ausente: experiência”, nos oferece algumas contribuições teórico-metodológicas ao se desvencilhar de uma perspectiva dogmática do pensamento de Marx, colocando-se em diálogo com esse autor, privilegiando, em suas reflexões, a importância de a realidade histórica ser compreendida como um processo histórico, em que a categoria experiência possa ser entendida como uma relação entre o ser social e a consciência social. Através da categoria experiência é possível compreender o mental e o emocional de um indivíduo ou de um grupo social. É na experiência social que os indivíduos definem e redefinem suas práticas e pensamentos. A experiência social, por ser gerada na vida material, nos permite considerar o papel dos sujeitos na história superando as formas de determinismo e privilegiando o agir humano. Através da experiência social é possível entender as práticas dos sujeitos, como eles sentem e dão significados ao vivido.

¹⁵ Entrevista concedida por Maria Aparecida, em 21 de maio de 2011. A autorização de uso de sua fala para a realização deste trabalho foi gravada no momento da entrevista.

¹⁶ Entrevista concedida por Maria Aparecida, em 21 de maio de 2011.

Maria: Não, que aí nesse caso é eu que faço outra atividade que nem você viu aí (vende cigarro em casa). Só que também é uma coisa que tem que ficar por baixo dos pano, né. É que nem eu tô lá ajudando ele, né, tô aqui tecendo uma rede, fazendo uma coisa, tem isso aí, apareceu esse emprego, eu tô fazendo, né, pra ajudar, porque é da onde que eu tiro a água e luz.

Cátia: A senhora então consegue cobrir essas contas?

Maria: Ahan, que se for depender só dele lá, não dá. Porque o que vem lá do rio se for bem olhar é mais pra metade do mercado, água e luz, olha lá. Que tá bem fraco, que o peixe fracassou bastante¹⁷.

É interessante observar que Maria considera a atividade de vender cigarro em casa como um emprego que conseguiu arrumar e no qual ela consegue complementar a renda. Mesmo praticando uma atividade ilícita, Maria reivindica sua condição como trabalhadora. O fato de Maria não ter admitido desenvolver outra atividade num primeiro momento pode estar relacionado a dois motivos: pelo receio de praticar uma atividade considerada ilícita e pelo receio de perder seus direitos enquanto pescadora. A entrevista com Maria exemplifica questões que foram evidenciadas também em outras entrevistas, porém, não é possível trazê-las no limite deste texto. Desse modo, a luta dos pescadores é caracterizada por uma luta diária pela sobrevivência devido à necessidade de se ocuparem com outras atividades visando complementar suas rendas. Houve nesse sentido, uma ampliação do universo do trabalho em outras atividades de ganho como no trabalho de servente de pedreiro, apicultor e serviços por dia no campo.

Outra dificuldade vivenciada se refere à falta de autonomia em relação à comercialização. Os pescadores em sua maioria ficam reféns de atravessadores ou das peixarias locais que estabelecem o preço e monopolizam a negociação. Devido às longas jornadas e a distância, entre os pontos de pesca e à cidade, muitos não conseguem comercializar seu próprio pescado. “Preocupada” com a situação, a solução proposta pela Itaipu consistiu em uma tentativa de inserir os pescadores numa dinâmica capitalista de produção para a indústria, a partir da criação de peixes em tanques criatórios. Porém, tal projeto encontrou como obstáculo a resistência dos trabalhadores. Desconectado da realidade vivida por eles, o projeto tanque-rede propunha mudanças na forma como realizam seu trabalho, sendo que seu sucesso seria um dos elementos que pressionaria para o fim da profissão.

¹⁷ Entrevista concedida por Maria Aparecida, em 21 de maio de 2011.

Políticas Públicas voltadas ao setor pesqueiro e a luta coletiva dos pescadores

É preciso considerar que a dinâmica industrial que vem ocorrendo na região Oeste do Paraná não é algo projetado apenas pela Itaipu ou por políticas públicas. Tais projetos não estão desvinculados da dinâmica capitalista. Por isso, para que esses projetos possam se efetivar na sociedade se faz necessária uma série de mudanças, principalmente em relação à forma de produção, fazendo-se necessária uma constante oferta de matéria-prima. A partir da relação da Itaipu com a SEAP (Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca), o projeto "Mais Peixes em Nossas Águas"¹⁸ criado pela Itaipu possui diversos objetivos. Dentre eles, apontamos aqueles relacionados às mudanças projetadas em relação aos pescadores. São eles:

- adequação de pontos de pesca;
- formação do pescador aqüicultor;
- incremento e qualificação do associativismo entre os pescadores e suas colônias para comercialização do pescado;
- instalação de pontos de venda de pescado e promoção da participação em feiras;
- capacitação para a criação de peixes e transformação do pescado¹⁹.

Os projetos elaborados pela Itaipu foram pensados a partir da criação de peixes através do sistema tanque-rede, de industrialização do pescado, através do projeto do frigorífico de peixes e da adequação dos pontos de pesca (investimento em infraestrutura, como em estradas, limpeza, casas nos pontos e local para limpeza, manuseio e conservação do pescado). Embora tais projetos sejam divulgados como meios de possibilitar melhores condições de vida e de trabalho não encontrou respaldo entre os diversos pescadores de Guaíra.

Desconsiderando o fato de não terem sido consultados para a elaboração do projeto, a preocupação de Itaipu não se limitou apenas à estrutura física, mas ao

¹⁸ O sistema de tanque-rede está inserido num projeto criado pela Hidrelétrica de Itaipu denominado "Mais Peixes em Nossas Águas", que, por seu turno, faz parte de outro programa, também criado pela Itaipu, o "Cultivando Água Boa". De acordo com informações veiculadas pela Itaipu, o cultivo de peixes, como é chamado, se coloca na perspectiva da direção dessa estatal, como uma alternativa sustentável.

¹⁹ Informações disponíveis em: <<http://www.h2foz.com.br/noticia/ministro-da-pesca-vem-novamente-fozitaipu-e-regiao>>. Acesso em: 26 jul. 2011.

trabalho de educação ambiental. Assim, ela tentou realizar uma mudança na forma e no costume de como o trabalho é realizado. Visto pela Itaipu como um trabalho clandestino, sua intenção era modifica-lo, passando de uma forma artesanal para um trabalho industrial. A Itaipu tentou imprimir à atividade pesqueira extrativista uma dinâmica industrial capitalista. Para isso buscou demonstrar a fragilidade na forma como o produto é comercializado divulgando as vantagens que se teria caso a produção fizesse parte do mercado formal, principalmente em relação ao preço. A partir daí iniciou várias ações. Num primeiro momento buscou adequar os pontos de pesca:

A primeira ação do MARR.CD foi a limpeza dos pontos de pesca, entre o final do ano passado e o começo de 2010. E foi um trabalho pesado: 360 metros cúbicos de lixo foram removidos, incluindo restos de acampamento, pedaços de fogões e geladeiras e todo tipo de entulho que foi se acumulando ao longo do ano. Dois apiários (para produção de mel) e 60% dos animais domésticos também foram retirados dos locais. “São ações indispensáveis porque, sem elas, não consigo começar nenhuma ação para que o local consiga passar por inspeção sanitária”, explicou Coltro. A etapa atual é a melhoria das estradas que dão acesso aos pontos de pesca, com instalação de cascalho, pátio de manobra, atracadouro e bacias de contenção para evitar a erosão. O trabalho já foi concluído em Guaira, Itaipulândia e Mercedes. No total, cerca de 10 quilômetros de estradas serão melhorados²⁰.

As ações de limpeza foram realizadas com o objetivo de obter a licença sanitária para que fosse possível a realização do trabalho de limpeza do pescado nas estruturas construídas pela Itaipu. A partir dessa ação, os pescadores ficaram proibidos de criar animais, desde domésticos a animais que ajudariam na dieta alimentar, a cultivar hortas ou qualquer outro produto. A segunda etapa foi a de “adequar” as unidades de beneficiamento que se referem aos locais para limpeza, manuseio e conservação do pescado, construídos nos pontos de pesca. Em Guaira, não foi em todos os pontos que essa obra foi construída, no entanto, onde há a estrutura também se percebe uma série de divergências e resistências por parte dos pescadores na utilização da obra. De acordo com eles, a Itaipu realizou a construção da estrutura para que deixassem de realizar o serviço de limpeza no lago, como de costume.

²⁰ Informações disponíveis em:

<http://jie.itaipu.gov.br/print_node.php??secao=turbinadas1&nid=17335>. Acesso em: 9 set. 2011.

Tal exigência entra, no entanto, em conflito com os trabalhadores por algumas questões: a primeira delas deve-se ao fato de realizarem o trabalho de limpeza utilizando as vísceras dos peixes como isca para a captura de outros peixes. Isso faz com que consigam diminuir gastos, tendo em vista seu custo. As estruturas de limpeza apenas foram construídas nos pontos próximos à instalação dos tanques criadores e do frigorífico de peixes. Isso permite observar que o objetivo inicial da Itaipu não era incluir todos os pescadores nessa dinâmica industrial capitalista, mas apenas parte deles, aqueles que residiam nos pontos próximos ao frigorífico, apesar de noticiar que o projeto envolveria a todos. O segundo embate está no fato de que o local de limpeza construído pela Itaipu não é adequado. As pias são de inox, sendo que, em seus barcos, os pescadores utilizam tábuas de madeira, um material mais resistente para o tipo de serviço realizado, como comenta Alfeo:

Pra começar não tem peixe, filha, não tem peixe, não tem. Então não adianta, isso aí, é conversa da Itaipu. Isso aí é palhaçada, isso aí num tem mesmo, fizeram esse troço aí sem fazer pesquisa, pros pescador, porque se fosse pra usar, é que você não viu limpar um armado, filha, se tem que ter uma prancha de peroba pra você cortar, se tinha que ver eu limpar um peixe pra você ver como é que funciona, fizeram uma pia inox ali, por causa de bactéria, é, num existe cara, como é que tu vai me cortar um armado, um peixe numa plataforma, num aço inox daquele ali, se num tem, num tem cabimento. E o tubo é de, de cem, o armado, em se tratando do armado, que vai a cabeça fora quando você corta as asa fica aberta, as lateral e a de cima, não passa, os ferrão dele não passa²¹.

A fala de Alfeo evidencia que o sistema proposto pela Itaipu não ajudou os pescadores. O exemplo das pias de inox é a expressão de como ela lidou com as questões sociais na região. Interessante é observar que, antes de se referir à estrutura, Alfeo se refere primeiramente ao fato de não haver peixe, o que, para ele, já seria motivo suficiente para não se construir à estrutura. Além disso, o local não permite que o trabalho de limpeza seja feito ao mesmo tempo, levando ao atraso de suas atividades, como comenta a pescadora Maria Aparecida, embora perceba um fator positivo, o de realizar o trabalho em pé: “Não é bom, então eles, é bom porque

²¹ Entrevista concedida por Alfeo, em 7 de maio de 2011. A autorização de uso de sua fala para a realização desse trabalho foi gravada no momento da entrevista.

você fica numa posição de pé, né, mas não ajuda. Então você vê, em cada ponto tem dez pescador, dez pescador num lugar só num tem”²².

Em terceiro lugar, a estrutura não funciona pelo fato de que toda a produção ficaria armazenada no mesmo local. Embora em congeladores diferentes, os pescadores apontaram não ser confiável deixá-la junto à dos demais. Para isso justificam que, se precisassem se ausentar, poderia ocorrer a venda ou apropriação por outra pessoa, uma vez que todos passariam a ter acesso ao local. Porém, nem todos os pescadores se colocaram contrários aos projetos elaborados pela Itaipu. No entanto, a maioria não aprovou a estrutura construída para a limpeza, o projeto tanque rede e o frigorífico de peixes. Para eles se a estrutura fosse usada, traria conflitos e sua utilização implicaria em uma mudança na forma como costumam realizar seu trabalho. Nesse sentido, os pescadores têm resistido à obra e seguem realizando o trabalho como de costume, pescam, realizam a limpeza em seus próprios barcos utilizando-se das vísceras como iscas, sendo que cada um armazena sua produção em congeladores nas suas residências.

Analisando esse contexto de mudanças, primeiro com a formação do lago, segundo com a abertura do canal de navegação e, em terceiro, com a tentativa de criação e industrialização da atividade pesqueira, percebemos que todos esses projetos, procuram demonstrar à sociedade que os pescadores não possuem importância ou que é possível produzir de outra forma, já que a pesca decaiu e que a profissão de pescador, ou eles mesmos, não fazem nenhuma falta. O fato de as políticas públicas²³ voltadas ao setor pesqueiro virem nos últimos tempos, criando políticas de incentivo que priorizam a atividade criatória de peixes em detrimento da pesca natural, interfere no trabalho dos pescadores, de modo que os projetos políticos elaborados são favoráveis a um modo de produção inserido nos moldes

²² Entrevista concedida por Maria Aparecida, em 21 de maio de 2011.

²³ A intervenção do Estado na atividade pesqueira não é recente. De acordo com Eduardo Schiavone, apesar de uma história remota de intervenção na atividade, a presença do Estado no setor pode ser percebida em três momentos demarcados. O primeiro deles desde a formação do Estado Nacional e do estabelecimento da Marinha de Guerra no século XX (CARDOSO, 2009, p. 8). O segundo momento está relacionado à “modernização conservadora” da pesca promovida pela SUDEPE (Superintendência do Desenvolvimento da Pesca), criada em 1960. (CARDOSO, 2009, p. 8). O terceiro momento se refere à Conferência das Nações Unidas sobre o Direito do Mar de 1982 (CARDOSO, 2009, p. 8). Além desses momentos demarcados pelo autor, a presença do Estado na atividade pesqueira recentemente foi contemplada com uma nova lei da pesca, através da criação do Ministério da Pesca, em 2003, e com o Plano Mais Pesca e Aquicultura, em 2008. Essa política voltada ao setor está relacionada a outras que priorizam a questão ambiental, por isso constantemente é utilizado o discurso de sustentabilidade como forma de possibilitar a resolução dos problemas socioambientais.

capitalistas, contrapondo-se, dessa forma, ao modo de trabalho realizado pelos pescadores profissionais. A aplicação de tais políticas pode ser sentida quando identificamos as novas formas do capitalismo na região Oeste do Paraná relacionadas à atividade pesqueira, principalmente a atividade criatória de peixes. A criação de políticas públicas nesse contexto capitalista pode ser entendida como uma forma de adequar os trabalhadores a uma disciplina industrial.

Segundo dados oficiais²⁴, com o incentivo à aquicultura a nível Federal, o Estado do Paraná foi o primeiro estado brasileiro a conseguir o licenciamento do IAP para o cultivo de peixes. No Paraná, o desenvolvimento da aquicultura vem se dando a partir da implantação do projeto tanque-rede elaborado pela Itaipu, ou em tanques escavados como o que acontece na região de Toledo/PR. De acordo com o ex-ministro da Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca, José Frishs, para a construção do I Parque Nacional Aquícola, no lago de Itaipu em 2005, foram investidos, por parte do governo federal, R\$ 2 milhões, que, em tese, reunia cerca de 400 produtores de peixes em tanques-rede²⁵. É interessante observar que o licenciamento ambiental para o desenvolvimento do projeto tanque-rede não é divulgado como sendo de interesse do governo tampouco da Itaipu. De acordo com o ex-secretário do Meio Ambiente e Recursos Hídricos, Luiz Eduardo Cheida, “[...] o licenciamento ambiental a cargo do Estado era uma reivindicação dos pescadores e piscicultores da região que levavam em média três anos para conseguir uma licença pelo IBAMA (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos)”²⁶.

Pela afirmação, o desenvolvimento do projeto aparece como uma reivindicação dos pescadores e aquicultores, em que o governo correspondeu através de facilitar as licenças ambientais. A hipótese de que o governo estadual, assim como a nível federal, tenha interesses com a expansão do setor pesqueiro fica ocultada com essa questão. Segundo dados oficiais²⁷, em 2005 quando foi anunciado o projeto tanque-rede, pelo então governador do Paraná, Roberto

²⁴ Informações disponíveis em: <<http://www.agronline.com.br/agronoticias/noticia.php?id=1882>>. Acesso em: 19 jan. 2011

²⁵ Informações disponíveis em: <<http://www.agronline.com.br/agronoticias/noticia.php?id=1882>>. Acesso em: 19 jan. 2011.

²⁶ Informações disponíveis em: <<http://www.agronline.com.br/agronoticias/noticia.php?id=1882>>. Acesso em: 19 jan. 2011.

²⁷ Informações disponíveis em: <<http://www.seab.pr.gov.br/modules/noticias/article.php?storyid=2333>>. Acesso em: 20 ago. 2010.

Requião, foram liberados R\$ 18 milhões em investimentos para financiamento e instalação de equipamentos.

As políticas públicas apresentam a pesca extrativista como responsável pelos problemas ambientais que é preciso resolver. Vista dessa forma, a alternativa colocada é buscar outras formas “sustentáveis” para resolver esse problema, a criação de peixes, por exemplo, se coloca como uma delas. Demonstrando que há um crescimento no setor da aquicultura, os governos federal e estadual, juntamente com a Itaipu, vêm desenvolvendo políticas de incentivo principalmente para que os pescadores conciliem a pesca extrativista com a criação de peixes. A partir de tais políticas percebemos a estreita relação do governo com a Itaipu na geração de um suposto “desenvolvimento social, econômico e ambiental”. Como noticiado:

A relação da Itaipu com o governo brasileiro resulta em grandes contribuições para o desenvolvimento social, econômico e ambiental da região onde está localizada. Diversas iniciativas e projetos realizados pela empresa contribuem para o fortalecimento de políticas públicas, gerando mais qualidade de vida para a população local²⁸.

Tanto por parte dos governos federal e estadual, quanto por parte da Itaipu, é enfatizado que os pescadores profissionais em sua maioria possuem baixa renda e, entre eles, os que se saem melhor são os que conciliam a pesca extrativista com a criação de peixes. Embora nem o governo e nem mesmo a Itaipu deixe explicitados os possíveis interesses provenientes com essa atividade criatória, o destino da produção transparece nas informações noticiadas pela Itaipu como sendo fruto também das políticas públicas, uma delas de introdução do peixe na merenda escolar:

O estímulo ao consumo de pescado e o desenvolvimento de estratégias comerciais estão entre as principais preocupações do programa. Em 2009, pela primeira vez, os produtores conseguiram vender toda a sua produção. O aumento da demanda foi resultado de uma ação que introduziu o peixe na merenda escolar. Ao todo, foram produzidas em tanques-rede 19,8 toneladas de peixe, das quais 10,3 toneladas foram destinadas às escolas. A comercialização foi feita por meio do programa Compra Direta do Governo Federal²⁹.

²⁸ Informações disponíveis em:

<<http://www.seab.pr.gov.br/modules/noticias/article.php?storyid=2333>>. Acesso em: 20 ago. 2010.

²⁹ Informações presentes no Relatório de Sustentabilidade 2009 da Itaipu, disponíveis em: <<http://www.itaipu.gov.br/responsabilidade/relatorios-de-sustentabilidade>>. Acesso em: 1 jul. 2011.

Além disso, o objetivo do governo é demonstrar que as águas públicas não estão apenas para a geração de energia: “Nos últimos anos, temos trabalhado no uso de águas públicas para aquicultura, sendo que antigamente elas eram utilizadas apenas para produção de energia”³⁰. A partir da afirmação, desconsidera-se a importância da pesca extrativista como uma atividade que também é desenvolvida nas águas públicas.

O projeto de desenvolvimento da aquicultura criado pela política federal e estadual, como vimos, faz parte de uma política social que se utiliza do discurso de resolver tanto problemas sociais, quanto econômicos e ambientais. Esse projeto vem sendo planejado a partir de sistemas de criação de peixes, nos quais é utilizada a mão de obra não só de pescadores, mas de pequenos agricultores e de indígenas. Percebemos que essa política dita social, promovida pelo governo, acaba sendo desenvolvida pelos próprios trabalhadores, a partir da qual o desenvolvimento da aquicultura viabiliza outro projeto social, a agregação do peixe na merenda escolar.

Para os pescadores dentre os principais problemas no projeto tanque rede estão a inadequação dos tanques no que diz respeito ao seu tamanho frente a quantidade de peixes que necessitariam serem criados, a falta de cursos técnicos e de conhecimento em relação à atividade criatória, os custos com a ração, a impossibilidade de conciliarem a pesca extrativista com a criatória³¹, a falta de normalidade no nível da água causada pela Itaipu – o que dificulta a criação nos tanques³². A resistência ainda está relacionada à descaracterização da profissão de pescador que ocorreria caso o projeto tanque rede tivesse tido êxito. É importante ressaltar que as mudanças vividas pelos pescadores possuem uma relação intrínseca com o saber que possuem e não está restrita apenas a questão econômica. Seus conhecimentos não estão relacionados a conhecimentos científicos, mas a conhecimentos construídos em sua relação com a natureza. Em relação a isso, Eduardo S. Cardoso, em sua pesquisa sobre a apropriação da natureza e o conhecimento na pesca dos pescadores artesanais do litoral brasileiro, aponta que:

³⁰ Informações presentes no Relatório de Sustentabilidade 2009 da Itaipu, disponíveis em: <<http://www.itaipu.gov.br/responsabilidade/relatorios-de-sustentabilidade>>. Acesso em: 1º jul. 2011.

³¹ Os pescadores que aderiram o sistema tanque rede precisaram pagar trabalhadores que vigiassem os tanques criatórios para que assim pudessem exercer a pesca extrativista.

³² Refere-se ao período da piracema, em que a Hidrelétrica abaixa o nível da água tendo por finalidade o aumento da produção de energia.

E conhecimento na pesca é conhecimento de ventos, águas, marés, fundos submarinos, correntes, hábitos de peixes, entre uma série de processos “naturais”, formando sistemas cognitivos próprios para a interpretação, apropriação e representação destes processos. E conhecimento gerado neste processo, que tem entre suas características uma observação contínua da natureza, uma história vivida e observada de sucessão de contatos com o meio aquático, tem servido à reprodução das pescarias e, para além disso, fornecido elementos para a gestão. (CARDOSO, 2001, p. 42).

Embora o autor mencione a importância do conhecimento produzido na pesca no seu processo de reprodução e manutenção, verificamos que parte dele (principalmente no que diz respeito aos novos costumes no trato com o rio, novos hábitos e a identificação dos lugares das “novas espécies” de peixes) não tem sido transmitido socialmente. A apropriação da natureza passou por mudanças no que diz respeito à construção do conhecimento através da lida com a pesca e as leituras dos fenômenos naturais. Diante de tais modificações, os pescadores precisaram se adaptar para continuar exercendo o ofício sem, no entanto, conseguir elaborar novos costumes, pelo fato de o rio estar em constantes mudanças. Essa questão evidencia que ser pescador em Guaíra vem demonstrando a impossibilidade de que conhecimentos relativos à profissão, costumes e hábitos, sejam transmitidos para outras gerações. Nesta direção, a importância do registro dessas questões enquanto patrimônio imaterial é relevante no sentido de expressar a disputa entre uma memória que busca evidenciar mudanças, de determinados modos de vida e de trabalho, ao tempo em que há projetos buscando suplantá-los. Tais projetos além de buscar impor outras racionalidades são divulgados como sendo sinônimos de “desenvolvimento” e “progresso”. Como pontua Nascimento em seu artigo sobre patrimônio material e imaterial: “O Registro do patrimônio cultural imaterial representa uma forma inovadora de se preservar a pluralidade da cultura nacional, privilegiando os modos de fazer, as tradições e os costumes do povo brasileiro” (NASCIMENTO, 2009, p. 3).

Assim, tentamos perceber a natureza dos conflitos que os pescadores vivenciam em meio às transformações ocorridas. Para isso, partimos do pressuposto de que as determinações existentes na vida desses trabalhadores não se caracterizam como o fim da história. Consideramos que os estragos causados ocasionaram mudanças na estratégia de sobrevivência e, conseqüentemente, nos modos de vida dos pescadores, porém a representação que os grupos dirigentes

municipais produzem acerca da história do município não encontra respaldo na realidade vivenciada e narrada por eles.

Ao buscar compreender o contexto de mudanças ocorridas nos últimos anos, buscamos entender esse processo valorizando a subjetividade dos pescadores que enquanto trabalhadores puderam sentir e continuam sentindo os custos sociais daquilo que, no discurso dos setores das classes dominantes, aparece como sendo o “desenvolvimento” do município. Desse modo, visualizamos e discutimos essas mudanças, a partir de identificar pela imprensa local os pescadores como um movimento social que há três décadas resiste e luta para continuar existindo enquanto pescadores. Através do diálogo com os trabalhadores, mapeamos os problemas enfrentados, suas práticas, significados e percepções acerca do trabalho realizado na pesca. Identificamos que a luta coletiva se coloca como um elemento fundamental na busca por melhorias para a categoria. Ficou claro que eles acreditam na organização coletiva como um meio de luta para fazer valer seus interesses.

Muitas dessas lutas se revelam importantíssimas para a resolução de alguns problemas vivenciados, e pelo alcance de algumas conquistas, como para a renovação de documentação e o direito à carteira de pesca às mulheres e aos outros integrantes na família. Ao evidenciar as formas de luta coletiva visualizamos também as disputas existentes no interior da colônia. Em alguns casos, as divergências políticas ou os distintos interesses entre os pescadores e o presidente da colônia puderam ser identificados principalmente em relação à questão do direito à indenização, ou aos projetos como o tanque-rede e o frigorífico. Entendemos que o fato de tais projetos não terem tido êxito contribuiu até mesmo para o silenciamento das dificuldades vivenciadas pelos pescadores divulgadas na imprensa por um período de três anos (entre 2008 a 2010). Tais disputas levam a um enfraquecimento da luta, no entanto consideramos que as disputas e divergências existentes são fruto das contradições e de interesses políticos vividos no interior do próprio movimento. Os interesses políticos por parte da liderança da colônia, por exemplo, nem sempre expressam os interesses dos trabalhadores.

Além das disputas políticas, evidenciamos outras divergências, como a deslegitimação dos presidentes, de alguns pescadores e, a tentativa de transformação do direito à indenização em negócio por parte de alguns grupos,

como elementos que revelam a ambiguidade vivenciada. Todas essas questões não deslegitimam o movimento, mas evidenciam a contradição e as dificuldades em lutar por melhorias em meio a diferentes projetos em disputa. Os pescadores têm encarado sua realidade através dos limites e das possibilidades da luta coletiva. Pela imprensa³³ identificamos a organização dos pescadores como um movimento organizado na luta contra os danos ambientais na década de 80, período em que as fontes puderam cobrir. Num primeiro momento a leitura nos jornais locais³⁴ chamou atenção por abordar as problemáticas vivenciadas pelos pescadores, porém ao mesmo tempo em que as denunciavam noticiavam supostos “benefícios” e projetos que a prefeitura de Guaíra, juntamente com a Itaipu, supostamente estabelecia em favor a eles.

O contato com os jornais como fonte de pesquisa foi fundamental para compreender os discursos e os projetos presentes na cidade que não consideram e não contabilizam os prejuízos sofridos pelos pescadores. Ao fazer uso dos jornais como fonte histórica, tentamos percebê-los não como um meio de comunicação, mas, como apontam Heloísa de Faria Cruz e Maria do Rosário Peixoto (CRUZ; PEIXOTO, 1981), como uma força social ativa na história do capitalismo, e com fortes articulações de um modo geral, mas principalmente com o poder dominante. Antes de pensar a imprensa simplesmente como um meio de registro de fatos, é preciso pensar sua inserção histórica no processo dos acontecimentos. Compreendemos que a imprensa possui o poder de atuar na tentativa de constituição de modos de vida, de perspectivas e de consciência histórica. Como uma linguagem constitutiva do social, ela deve ser entendida como um campo de

³³ A organização dos pescadores em sujeito coletivo pôde ser percebida em 1989, quando se apresentaram de maneira organizada, expressando uma identidade política materializada na defesa do Rio Paraná como meio de trabalho e de sobrevivência. O fato de terem sido noticiados na imprensa a partir 1989 é uma das evidências sobre a organização do movimento. É também uma evidência de que eles entraram no campo de visão das classes dominantes. A imprensa foi utilizada como uma fonte histórica, fundamental para evidenciarmos, juntamente com as narrativas e as observações realizadas, a organização dos pescadores em movimento, tendo em vista a não existência de outras fontes escritas, anteriores à década de 1980. A imprensa não foi aqui entendida como a responsável por criar os pescadores enquanto movimento, mas utilizada como fonte para mapear as formas de organização dos pescadores.

³⁴ A pesquisa foi realizada em dois jornais. O Jornal Ilha Grande foi fundado em 12/4/1980 e continua sendo editado. Este jornal pertence a pessoas que estiveram ligadas à política local no período de 1989 a 1996. A pesquisa nesse jornal foi realizada no período de 1980 a 2004. O Jornal Rio Paranaíba foi fundado em 13/11/1996. Pertenceu a proprietários do MS. Em 2003 o jornal passa a ter um proprietário de Guaíra/PR, com forte influência política na cidade, sendo o proprietário pai de um já vereador e prefeito da cidade. A pesquisa nesse jornal foi realizada de 1996 a 2010.

subjetividades e que atua, muitas vezes, na defesa de determinados interesses e projetos sociais.

As fontes de imprensa podem expressar interesses de classe à medida que, ao definirem quais são os acontecimentos que merecem ser narrados, há um processo de seleção, ordenação e atribuição de significado às notícias. Diferentemente da compreensão positivista, que toma as fontes como mero reflexo do real e como expressão da objetividade histórica, as fontes de imprensa constituem-se como uma prática social, em que, por meio delas, tenta-se promover o consenso na sociedade devido o forte caráter homogeneizador em relação àquilo que noticia. A partir daí a imprensa busca envolver projetos e aspirações de classe como sendo de toda a sociedade. Ao trabalharmos com as fontes de jornais, procuramos evidenciar a intervenção da imprensa nos assuntos políticos e sociais, e como se apresentam a serviço dos interesses dos grupos sociais. Considerando que as reportagens são noticiadas a partir da procura do presidente da colônia ao jornal, isso evidencia que os pescadores constituem um movimento forte, a ponto de a imprensa noticiar suas demandas. Embora as reportagens não problematizem a raiz dos problemas vivenciados, o fato de noticiá-los revela que os pescadores exercem determinada pressão em relação àquilo que reivindicam. Em contrapartida, a imprensa sempre procura passar a imagem da prefeitura municipal ou da Itaipu como aqueles que supostamente estão solucionando os problemas noticiados.

Quanto às iniciativas coletivas elas puderam ser identificadas desde 1989, quando os pescadores se mobilizaram e conseguiram impedir e adiar a obra de derrocamento no Rio Paraná. Novamente, em 1996, os pescadores se organizaram com a mesma intenção, mas não conseguiram êxito. Outras formas coletivas de organização estão relacionadas às reivindicações e manifestações a partir de 1998, cuja finalidade se voltou ao recebimento de indenizações do DER (Departamento de Estradas e Rodagens). Em uma das reportagens os pescadores aproveitaram a cerimônia de inauguração da Ponte Ayrton Senna³⁵ para realizar uma manifestação: “Pescadores preparam protesto contra bloqueio de dinheiro”³⁶. Aproveitando-se da presença do então governador Jaime Lerner, protestaram por melhorias para a

³⁵ A ponte Ayrton Senna localiza-se entre os Estados do Mato Grosso do Sul e Paraná, dando acesso as cidade de Mundo Novo (MS) e Guaíra (PR). A ponte foi construída sobre o Rio Paraná ligando também o Brasil e o Paraguai.

³⁶ Jornal Rio Paranazão, 23 de janeiro de 1998, p. 4.

categoria e pela indenização³⁷. Não surtindo efeito, em junho do mesmo foram novamente noticiados. Além de reivindicações a imprensa informou sobre uma reunião com a participação de vereadores locais, advogados e outras autoridades. Na ocasião decidiram ir a Curitiba cobrar do DER a indenização que haviam prometido. Em julho do mesmo ano, uma manifestação em frente ao DER foi noticiada tendo como título: “Acampados em frente o DER, pescadores exigem indenização por prejuízo com a obra da ponte de Guaíra”³⁸. Porém, logo após a manifestação, outra reportagem: “Pescadores de Guaíra continuam sem indenização”³⁹.

Em outras reportagens há denúncias por parte dos advogados em relação ao nível baixo do lago mantido pela Itaipu para o aumento de produção de energia: “Advogado acusa Itaipu de causar danos ambientais”⁴⁰. Ainda em 1999 a imprensa noticiou o resultado da ação através da reportagem: “Colônia de Pescadores perde ação judicial contra Itaipu”⁴¹. Na ocasião, a justificativa utilizada pela estatal e noticiada pela imprensa foi: “A Itaipu deve continuar mantendo o nível do Rio Paranazão baixo, para garantir a geração de energia”⁴². Outras reivindicações ainda estão relacionadas ao valor do seguro desemprego: “A piracema e o desemprego”⁴³, na qual a imprensa noticiou a reunião que os pescadores realizaram em 2000. Outras se referem ao atraso do seguro desemprego, ao tempo de registro de carteira para recebimento do benefício, a baixa do rio e as sujeiras no lago causadas pela Itaipu. Noticiada em 2001, a reportagem trazia por título “Não podemos continuar sendo feitos de palhaço”⁴⁴, através da procura de um pescador à redação do jornal Rio Paranazão.

De todas as reivindicações a indenização ao DER se coloca, como uma das principais. Em 2004, em uma manifestação na Ponte Ayrton Senna, a imprensa se referiu à ação dos pescadores de forma curiosa. A reportagem trazia por título “Sem-peixe” ocupam a Praça de Pedágio da Ponte Ayrton Senna”⁴⁵, fazendo referência ao

³⁷ Jornal Rio Paranazão, 01 de fevereiro de 1998, p. 1.

³⁸ Jornal Ilha Grande, 19 de julho de 1998, p. 1.

³⁹ Jornal Rio Paranazão, 14 de agosto de 1998, p. 5.

⁴⁰ Jornal Rio Paranazão, 10 de dezembro de 1999, p. 1.

⁴¹ Jornal Rio Paranazão, 23 de dezembro de 1999, p. 8.

⁴² Jornal Rio Paranazão, 23 de dezembro de 1999, p. 8.

⁴³ Jornal Rio Paranazão, 10 de novembro de 2000, p. 9.

⁴⁴ Jornal Rio Paranazão, 25 de maio de 2001, p. 2.

⁴⁵ Jornal Rio Paranazão, edição 383, 30/7/2004 – Disponível em: <<http://www.rioparanazao.com.br/>>

movimento Sem Terra. Como forma de desocupar a praça do pedágio o DER propôs negociação, porém no mesmo ano outra manifestação: “Sem peixe” ocupam praça de pedágio da Ponte Ayrton Senna em Guaíra”⁴⁶. Sem êxito, novamente em 2006 ocorreu a 5ª manifestação desde que ocorreu o derrocamento, com uma duração de quatro dias. A reportagem trazia por título “Pescadores reivindicam direitos e obstruem trânsito”⁴⁷, marcando uma diferença em relação às manifestações anteriores, a de impedir a circulação de veículos. Desde 2006, os pescadores não realizaram manifestações, ao menos que fossem noticiadas pela imprensa, porém isso não significa que eles não as tenham realizado. A partir desse período, as reportagens se voltaram a notícias sobre a implantação do projeto tanque-rede e sobre o término do frigorífico de peixes, como projetos que melhorariam suas condições de vida.

Só em 2011 voltaram a ser noticiados sobre uma reunião realizada por eles, cuja finalidade era discutir a burocracia imposta pelo Ministério da Pesca quanto à renovação de suas carteiras. A reportagem trazia como título “Pescadores dizem: 'O bicho vai pegar!'”. “Pescadores da colônia Z-13 e Z-16 devem começar um mega protesto contra a burocracia exigida pelo Ministério da Pesca e a Superintendência de Pesca do Estado do Paraná”⁴⁸. Outra forma de organização além da colônia refere-se a um grupo contrário tanto ao atual presidente quanto ao direito à indenização de pescadores que iniciaram na profissão após o derrocamento em 1996. Tal grupo realiza uma descaracterização desses pescadores, ao dizer que os mesmos possuem carteira, mas não exercem a profissão. Além disso, eles vêm, nos últimos tempos, tentando, através da Justiça, fazer pressão para que seja realizado um trabalho de investigação e apure quem realmente vem exercendo a profissão.

Considerações finais

No geral, identificamos que os pescadores não formam um grupo homogêneo. Ao contrário, eles divergem por várias questões. Entre elas está o questionamento sobre quem deve ou não receber a indenização, o problema do

home/index.php>. Acesso em: 6 jan. 2011.

⁴⁶ Jornal Rio Paranazão, edição 402, 10/12/2004 – Disponível em: <<http://www.rioparanazao.com.br/home/index.php>>. Acesso em: 6 jan. 2011.

⁴⁷ Jornal Rio Paranazão, 31 de março de 2006, p. 17.

⁴⁸ Jornal Rio Paranazão, 21 de Maio de 2011, p. 5.

aumento do número de pescadores, as disputas políticas existentes no interior da colônia e os distintos interesses com o atual presidente. Mesmo assim, identificamos que as formas coletivas de organização evidenciam a busca por melhorias e, com elas, a resistência em continuarem existindo enquanto pescadores. O objetivo foi demonstrar suas condições de vida e de trabalho a partir das mudanças vividas nos últimos anos. Evidenciamos as disputas internas na Colônia, sem, no entanto, perder de vista as suas formas coletivas de organização. Por meio delas demonstram acreditar na possibilidade de alcançarem melhores condições de vida, bem como fazer pressão frente aos problemas vivenciados. Mesmo encontrando limites, os pescadores buscam lutar da forma que conseguem. Permitem perceber que a luta que realizam não consiste em apenas uma luta pela sobrevivência, mas também em uma luta política.

Outra preocupação foi mapear qual o projeto de vida dos pescadores, questionando, nesse sentido, o que vai ser desses trabalhadores diante das investidas do capital. Apesar das dificuldades relatadas, não identificamos a intenção de abandonarem a profissão. Em certa medida, isso pode estar atrelado ao fato de que grande parte dos entrevistados são trabalhadores com idade avançada, outros não possuem perspectivas de conseguirem outros empregos devido à falta de estudo e à falta de oportunidades de trabalho que a cidade oferece.

Foi possível identificar que a importância atribuída pelos pescadores à pesca está ligada fundamentalmente à necessidade de sobreviver, à falta de alternativas e à garantia de direito à aposentadoria, porém essas questões estão ligadas à percepção e à posição que possuem em relação a outras formas de trabalho. Para alguns pescadores, a pesca, além de uma alternativa de sobrevivência, representa uma forma de trabalho que lhes possibilita uma determinada autonomia no que se refere a ordens e cumprimentos de horários, porém isso não significa que trabalhem menos. Para outros, a pesca está relacionada a um estilo de vida ligado à natureza.

Além dessas questões, identificamos uma contradição em relação a como eles lidam com o fato de serem pescadores. Ao descreverem o trabalho realizado, há uma tentativa de demonstrar que ser pescador não é para qualquer pessoa, exige esforço e dedicação. No entanto, quando falam sobre a importância da profissão em alguns momentos demonstram determinado desprestígio sobre ela. Isso em parte pode ser explicado como sendo um reflexo da imagem negativa sobre

os pescadores disseminada na cidade, pela possibilidade de alguns estarem envolvidos com o tráfico. Percebe-se, nesse sentido, que alguns desses discursos são incorporados pelos pescadores e refletem sobre a imagem que eles próprios fazem em relação à importância de sua profissão. O envolvimento de muitos com o contrabando faz aumentar a relação de preconceito e discriminação, além de provocar tensão, medo e insegurança no lugar em que moram e trabalham. Assim, as mudanças vividas pelos pescadores não afetam apenas seu modo de trabalho. Acarretam transformações em suas estratégias de sobrevivência, além de interferirem em seus modos de vida, e nas relações de convívio.

FONTES

Fontes orais

Entrevista concedida por Maria Aparecida, em 21 de maio de 2011.

Entrevista concedida por Alfeo, em 7 de maio de 2011.

Fontes eletrônicas

– Informações disponíveis em: <<http://www.h2foz.com.br/noticia/ministro-da-pesca-vem-novamente-fozitaipu-e-regiao>>. Acesso em: 26 jul. 2011.

– Informações disponíveis em: <http://jie.itaipu.gov.br/print_node.php??secao=turbinadas1&nid=17335>. Acesso em: 9 set. 2011.

– Informações disponíveis em: <<http://www.agronline.com.br/agronoticias/noticia.php?id=1882>>. Acesso em: 19 jan. 2011

– Informações disponíveis em: <<http://www.seab.pr.gov.br/modules/noticias/article.php?storyid=2333>>. Acesso em: 20 ago. 2010.

– Informações presentes no Relatório de Sustentabilidade 2009 da Itaipu, disponíveis em: <<http://www.itaipu.gov.br/responsabilidade/relatorios-de-sustentabilidade>>. Acesso em: 1 jul. 2011.

Fontes periódicas

Jornal Rio Paranazão, 23 de janeiro de 1998, p. 4.

Jornal Rio Paranazão, 01 de fevereiro de 1998, p. 1.

Jornal Ilha Grande, 19 de julho de 1998, p. 1.

Jornal Rio Paranazão, 14 de agosto de 1998, p. 5.

Jornal Rio Paranazão, 10 de dezembro de 1999, p. 1.

Jornal Rio Paranazão, 23 de dezembro de 1999, p. 8

Jornal Rio Paranazão, 23 de dezembro de 1999, p. 8

Jornal Rio Paranazão, 10 de novembro de 2000, p. 9.

Jornal Rio Paranazão, 25 de maio de 2001, p. 2.

Jornal Rio Paranazão, 31 de março de 2006, p. 17.

Jornal Rio Paranazão, 21 de Maio de 2011, p. 5.

Jornal Rio Paranazão, edição 383, 30/7/2004 – Disponível em: <<http://www.rioparanazao.com.br/home/index.php>>. Acesso em: 6 jan. 2011.
Jornal Rio Paranazão, edição 402, 10/12/2004 – Disponível em: <<http://www.rioparanazao.com.br/home/index.php>>. Acesso em: 6 jan. 2011.

BIBLIOGRAFIA

CARDOSO, Eduardo Schiavone. *Pescadores artesanais: natureza, território, movimento social*. Tese (Doutorado) – USP, São Paulo, 2001.

CRUZ, Heloísa de Faria; PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha. Na oficina do historiador: conversas sobre história e imprensa. *Projeto História*, São Paulo, n. 0, 1981.

FONTANA, Josep. Marx e o materialismo histórico. In: _____. *A história dos homens*. Bauru, SP: Edusc, 2004.

NASCIMENTO, Rodrigo Modesto. Relações entre o Patrimônio material e imaterial: o caso do cemitério japonês. *Fênix – Revista de História e de Estudos Culturais*, v. 6, ano VI, n. 2, abr.-jun. 2009.

SANFELICE, Cátia Franciele. *Mudanças no mundo dos trabalhadores: os pescadores profissionais de Guaíra/PR (1970-2011)* – Marechal Cândido Rondon, 2012.

THOMPSON, Edward Palmer. Experiência: o termo ausente. In: _____. *A miséria da teoria*. Ou um planetário de erros, 2009.

_____. Tempo, disciplina do trabalho e o capitalismo industrial. In: _____. *Costumes em comum*. Estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 267-304.

WILLIAMS, Raymond. *Marxismo e literatura*. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

Artigo recebido em 12 de fevereiro de 2016. Aprovado em 31 de outubro de 2016.